

PENSAR O ESPAÇO DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE: A PROPÓSITO DOS RECINTOS MURADOS DE PENÍNSULA IBÉRICA

por

Susana Oliveira Jorge*

Ao Professor Hermanfrid Schubart,
a quem Portugal tanto deve pela sua esclarecida e persistente actividade arqueológica
ao longo da segunda metade do séc. XX

"(...) Mon expérience africaine est d'abord une expérience de l'espace. Elle m'a permis de pressentir que je me déplaçais dans un monde symbolique dont beaucoup d'éléments m'échappaient, alors qu'ils faisaient sens pour mes interlocuteurs. Ils faisaient sens social pourrait-on-dire (...)

(...) En sorte que, si je me suis toujours méfié de toute lecture qui déduirait l'organisation sociale de l'organisation spatiale comme si le seconde n'était que l'expression ou le reflet de la première, j'ai aussi appris à considérer qu'il n'y avait pas d'espace innocent, pas d'espace déconnecté du social, que l'espace était toujours plus contraignant qu'il n'y paraissait à première vue. Il n'y a pas des espaces sociaux et d'autre qui ne le seraient pas, mais des espaces socialisés et des espaces socialisés autrement, par exemple, des espaces symbolisés et des espaces codifiés."

Marc Augé, 2003, *Pour quoi vivons-nous?*, pp. 52 e 54.

Resumo: O interesse peninsular e europeu dado às arquitecturas pré-históricas de tipo recinto, ou seja, de espaços delimitados por muros, fossos, valados, ou qualquer outro tipo de barreira – circunscrevendo o que poderíamos chamar “arenas” – não é novo. Contudo, a heterogeneidade formal, cronológica, cultural deste tipo de arquitecturas é tal, que devemos questionar se tem alguma utilidade falarmos de recintos como se eles nos reenviassem para um universo conceptualmente coerente.

A análise dos recintos, na sua óbvia pluralidade, obriga-nos em rigor a uma dupla estratégia: apreender a sua unicidade e articulá-los com os sítios sincrónicos, à escala regional, com os quais faziam sistema; paralelamente, inseri-los numa problemática geral de organização do espaço, por forma a caracterizar a novidade semiológica que os mesmos convocam.

Os recintos, enquanto arquitecturas construídas, são espaços que delimitam fisicamente áreas interiores, estabelecendo uma fronteira, real e/ou simbólica, entre um “dentro” e um “fora”. Um recinto é um dispositivo de formalização e de controlo da movimentação em torno e no interior de uma arena cenográfica. Tal controlo é tanto mais poderoso quanto o recinto for basicamente “fechado”, comunicando com o exterior apenas através de aberturas (passagens, “janelas”).

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. e-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

Por outro lado, muitos dos recintos são arquitecturas sujeitas a inúmeras alterações de fundo, ao longo da sua história, que proporcionaram constantes mudanças de cenário, e, nesse sentido, de significações e manipulações representacionais.

A exploração das funcionalidades dos recintos tem também de atender a que estes só são compreensíveis enquanto pontos integrados em redes de lugares inter-conectados, ou seja, de lugares por onde circularam pessoas e coisas ligadas por relações do mais diverso tipo.

A recente análise dos recintos murados peninsulares, do 4º ao 2º milénio B.C., veio salientar a sua radical heterogeneidade. Para além de apresentarem uma certa meta-regularidade formal, e de, a um nível muito geral, poderem ser lidos como os primeiros lugares comunitários construídos, sítios que congregaram populações agrárias numa fase precoce da sua elaboração identitária, estes lugares devem ter acumulado funções sociais extraordinariamente diversas nos seus respectivos contextos locais e regionais.

O estudo de Castelo Velho de Freixo de Numão, vem precisamente advertir-nos para a complexidade e variedade de actividades e cenários que o mesmo gerou ao longo de cerca de 1.500 anos. A ambiguidade de significações de muitas das actividades ali ocorridas, em relação com o que parece ser uma mimetização (em escala reduzida) da vida social como um todo – Castelo Velho parece corporizar uma metáfora do mundo – transforma subitamente o estudo destes lugares num ponto de viragem relativamente ao acto de pensar o espaço construído durante a Pré-história Recente.

Como é óbvio, “valorizar patrimonialmente” ruínas que remetem para lugares com esta pluralidade de significações, torna-se um desafio à capacidade de comunicar. É nestas circunstâncias que mais apetece perguntar: “patrimonializar” para quê? Se, afinal, qualquer simulacro que criemos parece ficar sempre aquém do tempo indecível que persistentemente procuramos reencontrar.

Palavras-chave: Recinto; recinto murado; antropologia do espaço.

Abstract: The interest shown in the Iberian Peninsula and in Europe in general in prehistoric structures of the enclosure type – that is, spaces bounded by walls, ditches, banks or any other type of barrier, which surround what we might call “arenas” – is not new. However, their formal, chronological and cultural heterogeneity is such that we should question the usefulness of speaking about enclosures as if they belonged to a conceptually coherent world.

Analysis of enclosures, with all their obvious differences, demands a double strategy: to appreciate their uniqueness, while linking them with contemporary sites in the region which were part of the same system, and, in parallel, to fit them into the general question of spatial organization, so as to identify the semiological innovation they demand.

Enclosures, as constructions, physically delimit interior areas, establishing a frontier, real and/or symbolic, between “outside” and “within”. An enclosure is a device for formalizing and controlling movement around and inside a scenographic arena; such control was all the more powerful when the enclosure was basically “shut”, communicating with the outside only through opening (passages, “windows”). Furthermore, many enclosures underwent innumerable basic alterations during their history, which indicate constant changes of setting and hence of representational manipulations and meanings.

Research into the functions of enclosures must also bear in mind that they can only be understood as points integrated in networks of inter-connected places – places where people and things circulated in relationships of very diverse kinds.

Recent analysis of walled enclosures in the Peninsula dating from the 4th to the 2nd millennia BC has emphasised their radical differences. Although they have certain formal characteristics in common, and can be read at a very general level as the first constructed community spaces, gathering together groups of agropastoralists at an early stage in the development of their identity, they must nevertheless have accumulated an extraordinary range of social uses within their specific local and regional contexts.

Study of Castelo Velho de Freixo de Numão points to the complexity and variety of activities and settings produced there over a period of about 1500 years. The ambiguity of many of these activities, in that they seem to be a small-scale imitation of social life as a whole – Castelo Velho seems to embody a metaphor of the world – suddenly transforms the study of such places into a turning point in considering constructed space in late prehistory.

Obviously, to stress the “heritage value” of ruins endowed with such a plurality of meanings is a challenge to our capacity to communicate. It is in these circumstances that we most want to ask: what is the purpose of “doing heritage”? – if, in the end, any imitation we may create always seems to be less than the inexpressible time which we still keep trying to regain.

Key-words: Enclosure; walled enclosure; anthropology of space.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela caracterização dos recintos pré-históricos, ou seja, de espaços delimitados por muros, fossos, valados ou qualquer outro tipo de barreira arquitectónica durável, circunscrevendo o que podemos designar por “arenas”, não é novo em termos da investigação europeia (Burgess *et al.* (eds.), 1988; Darvill & Thomas (eds.), 2001).

Os recintos são sítios construídos, mantidos e eventualmente transformados ao longo de períodos variáveis de tempo, por vezes pontos destacados na paisagem, ou seja, marcos incontornáveis de referência visual.

Contudo, a heterogeneidade formal, cronológica, ou cultural deste tipo de arquitecturas, emergentes no espaço europeu sobretudo entre o 5º e o 2º milénio B. C., é de tal forma incisiva, que nos podemos questionar sobre a operacionalidade metodológica de se abordar a temática “recintos”. De facto, quando descortinados de perto, a variabilidade dos ditos “recintos” reenvia-nos para um universo dificilmente homogeneizante mesmo se observado a uma ampla escala de análise.

Desta forma, existem recintos abertos, que se distinguem por facilitar um estreito contacto visual com o exterior: na Península Ibérica, os cromeleques ou os recintos delimitados por estátuas-menires/estelas arrancam no 5º milénio B. C., prolongando-se, pelo menos, até ao 3º milénio B. C.. Mas ocorrem também os recintos fechados, que instauram uma descontinuidade, mais ou menos marcante, com o exterior. São recintos simples ou múltiplos, delimitados por muros basais de pedra e paredes de ramos, terra e argila, por fossos e/ou valados e, eventualmente, por uma complexa combinatória destas várias componentes na definição da arquitectura global.

Os recintos fechados integram “passagens” (em número e natureza variável), ou seja, aberturas construídas que determinam o acesso condicionado ao interior e exterior destas “arenas”.

Na Península Ibérica, os recintos fechados apresentam uma cronologia variável, entre o 4º e o 2º milénio B. C., ainda que recentemente novas descobertas tenham feito recuar o início de alguns destes dispositivos¹. No seio do universo dos recintos fechados existem, no entanto, áreas de uso, tipologias arquitectónicas e durações de utilização muito distintas. Por exemplo, surgem recintos que se podem manter “vivos” durante duzentos, setecentos ou mais de mil anos, independentemente de eventuais hiatos de utilização, dificilmente reconhecíveis no chamado registo arqueológico.

¹ V. Bernabeu Auban, J. *et al.* 2003, Mas d'Is (Penàguila, Alicante): aldeas y recintos monumentales del neolítico inicial en el valle del Serpis, *T.P.*, 60, nº 2, pp. 39-59, onde se dá a conhecer a descoberta, em Alicante, dum recinto monumental com fossos, datado do 6º milénio B.C.

Abordar os recintos da Pré-História recente convoca-nos assim a uma dupla e sincrónica estratégia: – estudar cada sítio, tentando visioná-lo, em primeiro lugar, na sua unicidade. Esta perspectiva não dispensa articular simultaneamente o sítio com outros lugares contemporâneos que, num dado espaço e tempo, fazem com ele sistema. A análise local/regional perfila-se como um procedimento básico indispensável; – em segundo lugar, estudar cada sítio, tendo em vista o quadro contextual e problemático europeu: não apenas para ampliar a amostragem de locais formalmente similares (e com essa ampliação ganhar possibilidades analógicas), mas para articular a abordagem dos recintos peninsulares com os mais recentes regimes interpretativos europeus sobre esta temática. Quando nos erguemos a uma escala de análise mais ampla, verificamos, quase sempre, que o que havíamos tomado como novo ou específico na nossa esfera interpretativa, já havia sido pensado antes e de forma mais abrangente.

Descentrar a análise dos recintos peninsulares, permite-nos visualizar o grau de maior ou menor especificidade da realidade ibérica no contexto mais amplo das espacialidades pré-históricas europeias. Trata-se duma estratégia determinante para ultrapassar uma visão quiçá redutora que inadvertidamente se possa aplicar à Pré-História recente da Península Ibérica.

Duma maneira geral, podemos afirmar que os recintos, enquanto arquitecturas monumentais, correspondem a uma inovação semiológica operada no quadro do desenvolvimento das primeiras sociedades produtoras. São espaços construídos de dimensões por vezes apreciáveis, que criam áreas interiores, estabelecendo uma fronteira real e simbólica entre um dentro e um fora. A área interior pode ou não conectar-se visualmente com o exterior ou paisagem envolvente. Um recinto é, assim, um dispositivo de formalização e de controle de movimentação em torno e no interior duma arena cenográfica. Tal controle de movimentação será tanto mais poderoso quanto o recinto for fechado, comunicando apenas com o exterior através de aberturas ou “janelas”, de acesso certamente muito condicionado.

Por outro lado, a maioria dos recintos envolve arquitecturas cujas paredes, em materiais maioritariamente perecíveis, induzem a constantes transformações de projecto. Ou seja, ao contrário de outro tipo de arquitecturas mais estáveis (como, por ex., os monumentos megalíticos) os recintos são arquitecturas passíveis de permanentes reconfigurações, que suscitam recorrentes mudanças de cenário e, nesse sentido, de significações e representações do mundo. Esta característica fundamental dos recintos determina que os mesmos tenham sido sujeitos no passado, a um programa de continuado restauro e manutenção, o que acarretou consigo inúmeras consequências de ordem social.

Finalmente, a compreensão das múltiplas funcionalidades dos recintos – arquitecturas vocacionadas para a construção de cenografias em constante mutação – deve atender ao facto de que estes sítios só serão inteligíveis se integrados em “redes de

lugares interconectados”: ou seja, lugares no interior dos quais se desenvolvem actividades que se articulam, no tempo e no espaço, com outras acções ocorridas (ou a ocorrer) em outros lugares, com os quais se estabelecem redes comunicacionais.

Este aspecto tem directamente a ver com o entendimento dos recintos enquanto receptáculos transitórios de artefactos e pessoas que circulam num território social preciso. A deposição de “oferendas” num determinado recinto pode, eventualmente, ocorrer no início, a meio ou no fim dum processo complexo de movimentação de pessoas e coisas numa determinada realidade espaço-temporal. Desta forma, torna-se vital tentar recuperar o sistema de lugares socialmente interconectados, sendo que só esta via fornecerá sentidos específicos aos “lugares especiais” que foram os recintos pré-históricos (Jorge, S. O., 2003 b).

2. OS RECINTOS MURADOS DO 4º AO 2º MILÉNIO B. C. NA PENÍNSULA IBÉRICA: ALGUNS TÓPICOS

“(…) (The Los Millares and “Vilanovan” enclosures) can be considered (...) as deliberate demarcations of space, as takings of place, as eye-catching statements of communal identity.”

“(…) Los Millares may have served as a place in the landscape, as an ancestral home, as a meeting point for people, groups or communities from the wider regional around, but who from year to year or from generation to generation were dispersed and shifting across that region. A site like Los Millares served to create and then bond a wide sense of community.”

A. Whittle, 1996, *Europe in the Neolithic*, pp. 337/338, 349

Em 1994 (Jorge, S. O., 1994) analisámos 69 sítios da Península Ibérica, tradicionalmente chamados “povoados fortificados”, e que, naquela época, preferimos designar “lugares monumentalizados” (fig. 1). Estes sítios, que hoje podemos também apelidar de “recintos murados”, devem atingir actualmente a centena (Chapman, R., 2003). Trata-se de arquitecturas fundamentalmente assentes em bases pétreas (que poderiam ser barreadas), com paredes certamente construídas por materiais perecíveis (ramos, terra e argila).

A variabilidade destes recintos pode equacionar-se tendo em vista aspectos relacionados com a implantação topográfica (e, duma maneira geral, a interacção com a paisagem), a cronologia relativa e tempo de funcionamento, a dimensão, a tipologia e projecto arquitectónicos, a funcionalidade (a diversas escalas) e a relação com outros lugares contemporâneos (nomeadamente necrópoles, povoados, sepulcros isolados, santuários, outros recintos, etc.).

• Os recintos murados peninsulares ocupam, em regra, topos de morros ou colinas e remates de esporões, ou seja, locais dominantes. Podem, em certos casos, aproveitar pré-existências rochosas, com valor cenográfico natural. Apesar do carácter dominante da localização dos recintos (o que significa que se encontram a cotas superiores relativamente à paisagem circundante, sendo portanto relevante a sua visão a partir de baixo, no curto e médio horizonte), existem situações em que os sítios estão também rodeados de elevações mais altas, em anfiteatro, por forma a delas se visualizar, um pouco mais abaixo, o recinto (por ex., Los Millares). Também será de acentuar a variabilidade dos ângulos de visão obtidos a partir dos sítios em causa: desde ângulos muito abertos (quase 360°) até ângulos restringidos (180° ou menos). A investigação da implantação dos recintos, relacionada com a maior ou menor visibilidade a partir dos mesmos, e com a inter-visibilidade de sítios contemporâneos, ou seja, o grau de interferência destes lugares com a paisagem envolvente, está ainda por fazer. Contudo, uma primeira apreciação diz-nos que estamos perante situações muito diversas, consoante as regiões em que ocorrem os recintos, no que respeita às possibilidades destes funcionarem como referências visuais e relativamente às potencialidades cenográficas a distância que estas arquitecturas comportam.

• A cronologia global dos recintos murados oscila entre o 4° e o 2° milénio B. C., em qualquer das regiões peninsulares onde eles ocorrem. Por outro lado, existe uma grande variedade relativamente às durações internas de cada sítio: conhecem-se recintos com mais de 1000 anos, outros com durações médias de 500 anos e outros ainda que podem ter funcionado durante muito menos tempo. Por outro lado, é difícil, de momento, aferir da real continuidade de utilização e avaliar períodos de eventual desactivação e reactivação destes lugares. Todos estes constrangimentos dificultam a construção de mapas regionais onde possamos posicionar recintos murados e outros lugares seus contemporâneos.

De qualquer forma, importa salientar que um recinto com uma duração média contínua de 200/300 anos não pode medir-se, enquanto pólo de referência visual e, logo, de marcador identitário, com outro que tenha durado, de forma continuada, c. de 1500 anos. A cronologia funciona aqui como um indicador decisivo do poder diferenciado de congregação destes lugares especiais.

• As áreas activas dos recintos murados variam sensivelmente entre 1 ha (ou menos) – aparentemente predominam os pequenos recintos – e os 5 ha (por ex., Los Millares). Conhecem-se também muitos recintos com áreas entre 2 e 4 ha (fig. 2). Contudo, as verdadeiras áreas destes lugares só poderão ser definidas em função de aprofundados programas de investigação.

• As arquitecturas estão eminentemente relacionadas com a topografia e os materiais de construção utilizados. Aparentemente predominam os recintos simples, sub-circulares. São espaços de área variável, delimitados por uma parede (constituída por uma base pétreia, com super-estrutura de terra, argila e ramos), eventualmente rodeada por uma só plataforma e talude. Mas podem ocorrer recintos múltiplos, ou seja, espaços divididos entre si por duas ou mais paredes (rodeadas ou não por plataformas e taludes), segundo plantas muito díspares. Está também por fazer uma tipologia rigorosa e abrangente destes edifícios tomando em consideração não apenas a planta basal pétreia, mas sobretudo a simulação dos alçados (ou seja, a reconstituição das paredes, da base ao topo).

Por outro lado, importa referir que existem recintos cujo programa arquitectónico inicial não foi aparentemente alvo de remodelações estruturais durante quase todo o seu período de vida (por ex., Castelo Velho). Outros, pelo contrário (por ex., Zambujal), sofreram remodelações de projecto com alguma imponência. Curiosamente, tais remodelações nem sempre estão relacionadas com a duração dos recintos: sítios que funcionaram durante muito tempo podem ter preservado a planta arquitectónica globalmente estável e sítios eventualmente menos duradouros terão sido alvo de constantes reconstruções.

Dado que a arqueologia nos fornece apenas as plantas basais destes edifícios, e que os mesmos comportavam originalmente paredes cujas dimensões, materiais construtivos, e estruturas integrantes, nos escapam, não será despropositado interrogarmos sobre a nossa real capacidade de algum dia podermos reconstruir o(s) “projecto(s) arquitectónico(s)” destas complexas arenas do passado.

• Partindo do princípio hipotético de que os recintos murados (ou alguns deles) podem ter servido como “lugares de refúgio”, em algum momento da sua história, há que ter presente algumas noções elementares sobre a estrutura dos mesmos e os contextos sociais em que aqueles emergiram na Península Ibérica. Em primeiro lugar, nunca será demais repetir uma evidência: a maioria dos recintos murados não apresenta condições defensivas mínimas, mesmo atendendo à hipotética capacidade “atacante” da época a que se reportam. Grande parte destes lugares, nomeadamente os recintos simples, são “redutos” com áreas inferiores a 1 ha; pela largura dos socos pétreos, pode-se sugerir que os espaços nucleares eram rodeados por paredes pouco largas e certamente pouco altas, de fácil perfuração/destruição, dada a plasticidade dos respectivos materiais construtivos; as paredes que cercavam os recintos (fossem simples ou múltiplos) eram por vezes intersectadas por inúmeras passagens, tanto quanto os sítios largamente intervencionados nos deixam entrever: a localização dos recintos murados, em pontos dominantes (que se destinavam a ver e a ser vistos a distância), colocava estes sítios em situação extremamente vulnerável do ponto de vista duma qualquer estratégia simples de ataque/defesa segundo os padrões da época.

É óbvio que, apesar de todos estes condicionalismos, alguns recintos, nomeadamente os de maior dimensão – precisamente a excepção no universo dos sítios peninsulares – podem ter funcionado, em algum momento da sua história, como espaços que albergaram transitoriamente pessoas e bens, que neles procuraram alguma protecção. Mas nestas circunstâncias teríamos que discutir, caso a caso, as causas que, em diversas regiões, teriam desencadeado tal opção. Não nos podemos esquecer que a mais elementar análise obriga-nos a aceitar que os tipos de intensificação económica, os níveis demográficos, o grau de especialização agro-pastoril, a estrutura social e, duma maneira geral, a chamada “complexidade social” (Chapman, R., 2003) variaram de forma marcante entre, por ex., a região de Almería e o Alto Douro Português, para já não falar de apreciáveis diferenças de estatuto observadas entre grupos duma mesma região ou território. Nestas circunstâncias, a possibilidade abstracta de estes recintos funcionarem como refúgio temporário tem de ser enquadrada regionalmente: não basta perguntar “refúgio de quem contra quem?”; é preciso ir mais longe e tentar aprofundar as noções de “conflito” e “competição” em sociedades não estratificadas e definitivamente não estatais. Algumas incursões recentes no domínio da tentativa de interpretação da “violência” e da “guerra” na Pré-História (Guilaine, J. e Zammit, J., 2002) induzem-nos a reflectir em velhas questões, como a dificuldade de “construir passado” com base em testemunhos excepcionais ou então extraordinariamente truncados, ou a impossibilidade (inutilidade?) de questionar certas temáticas do passado no quadro dum corpo teórico fundamentalmente arqueológico.

Por fim, também nunca será demais repetir uma segunda evidência: existem recintos que subsistiram durante centenas de anos; ainda que admitíssemos, em tese, que eles foram originalmente construídos, para uma qualquer defesa, ou que, durante determinados períodos, foram “reduzidos protectores”, não encontramos qualquer argumento válido para lhes atribuir uma permanente e durável função defensiva (no sentido, que lhe é correntemente atribuído) durante 500 ou 1000 anos. A atribuir tal função teríamos de apresentar provas inequívocas de motivações, meios e oportunidades continuadas dum estado endémico de conflito aberto em sociedades muito heterogéneas do 4º, 3º e 2º milénio B. C. na Península Ibérica. A não conseguirmos tais provas só nos resta formular um feixe de perguntas: durante a maior parte do tempo de uso para que serviram estes recintos? que actividades albergaram? que cenários promoveram? que sentidos identitários transmitiram? que transfigurações de sentido permitiram?

• As perguntas anteriores não dispensam, como é óbvio, amplas escavações arqueológicas num número significativo de recintos e de outros lugares coevos, com eles conectados. Contudo, os poucos recintos murados extensamente escavados (cuja investigação de campo foi minimamente publicada) remetem-nos, relativamente às activi-

dades desenvolvidas no seu âmbito, para uma aparente ausência de regularidade. Todavia, neste ponto, devemos ser prudentes, tendo em vista as dificuldades conhecidas de avaliação da natureza específica dos contextos arqueológicos. De facto, poderíamos, a este propósito, enumerar também aqui um conjunto de perguntas, que têm por finalidade advertir para a complexidade e ambiguidade dos contextos do passado.

Como interpretar a ocorrência, em áreas abertas, de “pesos de tear” *in situ*? Serão apenas vestígios truncados (ou mesmo preservados) dum tear vertical? Corresponderão à armazenagem premeditada dos “pesos” em ordem a uma utilização futura, no quadro da tecelagem? Como interpretar uma área com resíduos de metal? Será, à estrita maneira funcionalista, uma “área especializada”, relacionada com a produção de artefactos metálicos? Como interpretar espaços onde ocorrem, em quantidade e *in situ*, elementos de moinhos manuais? Tratar-se-ão apenas de espaços relacionados com a produção de farinha num âmbito estritamente “doméstico”? É do senso comum dizer que “os dados não falam por si”. Mas, se não falam por si, como fazê-los falar através do olhar do arqueólogo? Na interpretação dos contextos arqueológicos joga-se, explícita ou implicitamente, toda uma determinada maneira de fazer arqueologia, segundo paradigmas interpretativos que devem ser constantemente testados na sua operacionalidade explicativa. A escavação do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, S. O., 2002c) forneceu-nos algumas pistas para a reinterpretção de contextos que, tradicionalmente, eram adstritos à chamada “esfera doméstica”. Por outro lado, colocou-nos na posição de ter que reequacionar as tradicionais dicotomias entre doméstico/sepulcral, doméstico/ritual, ritual/funcional, etc., como adiante comentaremos.

- A análise, a nível peninsular, da relação entre os recintos murados e sepulcros ou necrópoles contemporâneas, permite-nos, de forma muito incisiva, negar qualquer generalização. A contiguidade relativamente a um recinto numa ampla necrópole concentrada, de longa duração, como em Los Millares (cerca de 80 túmulos), ou numa necrópole concentrada, de longa duração, com 12 túmulos, como em Alcalar, corresponde, até ao momento, a duas excepções no universo dos recintos murados peninsulares. No Sudeste e no Sudoeste, podemos reconhecer a existência de alguns sepulcros (4/5) nas proximidades de recintos. Contudo, na grande maioria dos casos, existe uma real impossibilidade de conectar recintos e locais autónomos de enterramento, não só contemporâneos, como sobretudo, fazendo parte dum mesmo sistema de articulação de pessoas e coisas, as quais, numa determinada altura, “passariam” transitoriamente ou “pousariam” definitivamente nos ditos recintos.

Por outro lado, nos sepulcros e necrópoles articulados com recintos, verifica-se uma extrema heterogeneidade de arquitecturas tumulares ou mortuárias e, sobretudo, de rituais de deposição. A singularidade das necrópoles de Los Millares e Alcalar (entre meia dúzia de casos conhecidos) adverte-nos, assim, para um aspecto que im-

porta realçar: em mais de metade da Península, os recintos murados não se encontram nas proximidades de sepulcros monumentais, com impacto visual na paisagem. Duma maneira geral, poderíamos acrescentar que, consoante as várias regiões peninsulares, os recintos emergem em sistemas cenográficos cuja correlação recinto/sepulcro (necrópole) é extremamente variada. Cremos que esta heterogeneidade é um dos argumentos mais importantes a ter em conta para a desconstrução duma hipotética unidade conceptual da entidade “recintos murados”.

• Em conclusão: a falta de unidade formal e cultural dos recintos murados pré-históricos peninsulares afigura-se-nos radical. Os vários recintos não devem ser vistos como variantes dum “campo” homogéneo, que pudéssemos abarcar de forma totalizante. Castelo Velho, Zambujal ou Los Millares são espaços que só jogam papéis similares a uma ampla escala de análise: sítios que provavelmente congregavam populações em busca duma coesão identitária.

Todavia, apontar uma outra meta-regularidade de ordem semiológica (qualquer recinto instala um dentro e um fora, qualquer recinto pode prefigurar-se como um dispositivo de controle espacial de poder) não explica o que, em cada região, “se fez” com estas arenas. É preciso baixar de escala, intervir arqueologicamente nestes lugares, e lograr compreender, caso a caso, em cada região, a especificidade funcional (no sentido mais abrangente) destes sítios.

3. CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO: A CONSTRUÇÃO DUM LUGAR

3.1. História do sítio. Algumas perplexidades

Uma hipótese de diacronia de Castelo Velho de Freixo de Numão, com base em dados arqueológicos e datas de C 14, foi recentemente publicada (Jorge, S. O., 2002 c & Jorge, S. O. e Rubinos, A., 2002).

Entretanto, foram obtidas mais 11 datas de C 14 que vieram aumentar significativamente o lote de datações absolutas disponíveis nos inícios de 2002 (Jorge, S. O. e Rubinos, A., 2002).

O quadro seguinte revela essas onze datas, com um breve comentário anexo, acerca do contexto das amostras de carvão e sementes².

² A análise pormenorizada destas datas tendo em conta contextos e a articulação com outras datas de C 14 já publicadas, deverá constar dum futuro trabalho em preparação. As datas agora sumariamente publicadas referem-se a amostras de carvão, à excepção da amostra proveniente do interior duma estrutura com sementes (CSIC – 1813), referente a sementes de trigo (*triticum aestivum* – *compactum*) analisadas, do ponto de vista antracológico, por Isabel Figueiral.

QUADRO 1

Amostra	Laboratório	Camada	Qd	X	Y	Z	C 14 (BP)	Calibração (cal BC- 2σ)	Calibração (cal BC)	Contexto sumário
1	Ua-20637	4	J13	150	11	495	4020 \pm 40	2840-2810 (1.2%) 2670-2640 (1.5%) 2630-2460 (92.7%)	2840-2460	Interior de estrutura <i>sob talude oeste</i>
2	Ua-20628	4 a	D7	0.06	0.07	169	3945 \pm 45	2580-2290 (95.4%)	2580-2290	Interior do recinto, contíguo ao murete
3	Ua-20631	4 b	C5a	140	126	154	3975 \pm 40	2580-2390 (89.2%) 2380-2340 (6.2%)	2580-2340	Área no interior numa abertura no recinto
4	Ua-20632	4	I13	171	194	430	3940 \pm 40	2570-2520 (10.7%) 2500-2300 (84.7%)	2570-2300	Base de ocupação <i>sob talude oeste</i>
5	Ua-20634	4	A'17	170	160	386	3945 \pm 45	2570-2510 (14.3%) 2500-2300 (81.1%)	2570-2300	Estrutura de combustão <i>sob talude sul</i> de fechamento do "átrio"
6	Ua-20630	4	C5c	117	0.68	157	3905 \pm 40	2490-2280 (93.2%) 2250-2230 (2.2%)	2490-2230	Lareira que condena uma abertura no recinto
7	Ua-20635	4	E18	197	0.56	505	3895 \pm 40	2480-2270 (90.6%) 2260-2230 (3.2%) 2220-2200 (1.6%)	2480-2200	Solo de ocupação, junto à rocha de base. <i>sob talude sul</i> .
8	Ua-20629	6	C7	152	0.13	175	3880 \pm 45	2470-2200 (95.4%)	2470-2200	Concentração de carvão no interior do recinto
9	CSIC-1813	3	E8	0.90	130	203	3793 \pm 34	2396-2389 (1.0%) 2341-2317 (2.4%) 2313-2136 (90.7%) 2078-2066 (1.3%)	2396-2066	Estrutura das sementes, no interior do recinto: 4º nível, nicho 2
10	Ua-20636	2 (?)	B20	145	0.36	492	3360 \pm 40	1740-1520 (95.4%)	1740-1520	Fechamento de estrutura, <i>sob talude sul</i> , na sua fase de <i>condenação</i>
11	Ua-20633	4	J14	0.20	110	502	2515 \pm 35	800-510 (95.4%)	800-510	Interior de estrutura, <i>sob talude oeste</i>

Por outro lado, as escavações de 2002 e 2003 vieram contribuir para um melhor esclarecimento da relação entre pré-existências e estruturas construídas, e ainda sobre a evolução das espacialidades emergentes entre c. 3000 e 1300 B.C. em Castelo Velho de Freixo de Numão.

Começemos por fazer algumas observações sumárias ao conjunto de datas de C14 obtidas em 2003 e agora publicadas:

- A data 11 (Ua – 20633), dado o contexto estratigráfico preciso em que foi recolhida a amostra de carvão (sob a laje de xisto azul do interior duma estrutura pétreia muito bem preservada, inserida em sedimentos existentes sob o talude oeste), não se articula com nada do que foi identificado até hoje no sítio, pelo que a consideramos anómala.
- As restantes datas de C14 apresentam pequenos intervalos de confiança e, pelos contextos a que se referem, parecem ser notavelmente coerentes entre si.
- Atendendo à consistência cronológica da grande maioria das amostras de carvão recolhidas sob o talude oeste e sul (e ainda a uma amostra proveniente da base duma área que foi posteriormente designada “átrio”), cujas datações absolutas fornecem um *terminus postquem* para aquela mega-estrutura, podemos, doravante colocar a hipótese de que o talude oeste e sul tenha sido erigido durante um período de tempo que oscila entre 2500 e 2300/2200 cal B.C.
- A estrutura das sementes, adossada ao murete do interior do recinto, terá sido construída já na 2ª metade do 3º milénio B. C. (data 9 – CSIC – 1813).
- A condenação duma estrutura (encontrada sob o talude sul) foi realizada na 1ª metade do 2º milénio B.C., o que significa a existência de transformações de fundo na área limite do talude sul (confinando com o “átrio”), antes deste ter sofrido o processo final de petrificação (data 10 – Ua – 20636).
- A utilização e condenação duma das entradas no recinto operou-se também na 2ª metade do 3º milénio B.C., precisamente na fase global de construção do talude oeste e sul (data 3 – Ua – 20631 e data 6 – Ua – 20630).

Para além destes breves comentários será útil acrescentar que estas datas absolutas vêm ajudar a reequacionar a entidade estratigráfica da camada 4. Na verdade, as actuais datas publicadas referem-se a amostras que, à excepção de três casos (datas 8, 9 e 10), provêm de sedimentos que, no momento da recolha, em 2002, e depois, em gabinete, foram identificados como sendo da camada 4, independentemente da cor dos mesmos. Assim, em 2002 (e também em 2003) passou-se a qualificar alguns sedimentos com vestígios arqueológicos provenientes da base do sítio (sobretudo na área do recinto, plataforma intermédia e talude oeste e sul) como camada 4. A razão para esta

reinterpretação da camada 4 baseia-se na observação de campo, agora também confirmada por datações absolutas: em certos sectores, sob sedimentos amarelados (correspondentes à camada 3), ocorrem sedimentos acinzentados, contíguos a outros de cor amarelada, uns e outros contemporâneos, correspondentes globalmente à camada 4. Tais sedimentos da base, com diferentes cores, forneceram agora datações absolutas similares (datas 2 e 3: 2580 – 2290 cal B.C./2580 – 2340 cal B.C.).

Por outro lado, em outros sectores, como na área do “átrio”, não existe qualquer variação de cor, abaixo da camada 2: os sedimentos amarelados, tradicionalmente apenas relacionados com a camada 3, apresentam-se uniformes até ao “*bed-rock*”, junto do qual foi detectada, em 2002, uma fossa com carvões datada agora de 2570 – 2300 cal B.C. (data 5 – Ua – 20634). Diga-se que esta reinterpretação em campo, sobre a natureza da chamada camada 4 e, duma maneira geral, sobre a espacialidade das camadas 3 e 4, só foi possível devido à extensão da observação em área, permitida pelas amplas campanhas de escavação de 2001 a 2003.

Acrescente-se ainda que, para além da mencionada reinterpretação estratigráfica (cuja argumentação pormenorizada não cabe no âmbito deste texto), a excessiva variação cronológica da chamada camada 4, já identificada anteriormente (Jorge, S. O. e Rubinos, A., 2002), continua presente no conjunto de datas agora apresentadas. De facto, a datação dos sedimentos da base, provenientes de diferentes sectores do sítio de Castelo Velho, oscila, aqui, entre c. 2800 e 2200 cal B.C.. Por outro lado, as actuais datações da camada 4 não parecem correlacionar-se com uma qualquer fase de ocupação muito antiga, ou até anterior à existência dum qualquer recinto no topo de Castelo Velho. No entanto, neste ponto, as datações absolutas não acompanham a observação estratigráfica, a qual detectou, desde o início das escavações em 1989 até 2003, em certos troços, níveis de ocupação subjacentes às principais estruturas do sítio: nomeadamente sob o murete delimitador do recinto e sob a “torre” central.

O quadro seguinte seleccionou, das 41 datas absolutas actualmente disponíveis para Castelo Velho, as 16 datas que caem exclusivamente no interior do 3º milénio B.C. e cuja margem de erro não é excessivamente alta. Articulam-se com amostras extraídas das camadas 3 e 4 e ainda da 6.

QUADRO 2

Amostra*	Laboratório	Camada	Qd.	C 14 (BP)	Calibração (cal BC)	Contexto sumário
I	ICEN - 535	4	A'4	4170 ± 110	3018 - 2465	Zona de combustão, na área do interior do recinto
II	Sac - 1518	3	E 13	4170 ± 80	2884 - 2492	Área de combustão no interior do recinto
III	ICEN - 785	3	B'5	4110 ± 60	2877 - 2495	Área de combustão no interior do recinto
IV	CSIC - 1706	3	I 9	4073 ± 45	2860 - 2472	Concentração de carvão na plataforma intermédia
V (1)	Ua - 20637	4	J 13	4020 ± 40	2840 - 2460	Interior de estrutura, sob talude oeste
VI	Ua - 17647	3	H'14	3945 ± 75	2623 - 2200	Concentração de carvão no interior do recinto
VII (2)	Ua - 20628	4 a	D 7	3945 ± 45	2580 - 2290	Interior do recinto, contíguo ao murete
VIII (3)	Ua - 20631	4 b	C 5a	3975 ± 40	2580 - 2340	Área no interior numa abertura no recinto
IX (4)	Ua - 20632	4	I 13	3940 ± 40	2570 - 2300	Base de ocupação, sob talude oeste
X (5)	Ua - 20634	4	A'17	3945 ± 45	2570 - 2300	Estrutura de combustão, sob talude de fechamento do "átrio"
XI	Ua - 17648	3	H 6	3850 ± 75	2492 - 2041	Concentração de carvão na plataforma intermédia
XII (6)	Ua - 20630	4	C 5c	3905 ± 40	2490 - 2230	Lareira que condensa uma abertura no recinto
XIII(7)	Ua - 20635	4	E 18	3895 ± 40	2480 - 2200	Solo de ocupação, junto à rocha de base, sob talude sul
XIV	CSIC - 1655	3	H'14	3917 ± 34	2474 - 2292	Concentração de carvão no interior do recinto
XV(8)	Ua - 20629	6	C 7	3880 ± 45	2470 - 220	Concentração de carvão no interior do recinto
XVI (9)	CSIC - 1813	3	E 8	3793 ± 34	2396 - 2066	Estrutura das sementes no interior do recinto: 4º nível, nicho 2

* A numeração árabe corresponde ao nº adoptado internamente para datas do Quadro 1.

O Quadro 2 diz-nos que houve uma ocupação sustentada, algures na 1ª metade do 3º milénio B.C., entre c. 2900 e 2500 cal B.C. Essa ocupação expressava-se quer no topo do morro (na área onde se instalou um recinto), quer na vertente oeste. A sobreposição total de datas relativamente a amostras da camada 4 e da camada 3 (por ex, IV e V: 2860 – 2472 B.C./2840 – 2460 B.C.) pode indiciar, na verdade, estarmos perante sedimentos contemporâneos, com colorações diferentes. Esta realidade ocorre tanto na área do recinto como fora dela.

A 2ª metade do 3º milénio B.C., entre c. 2500 e 2200/2100 B.C. vê, como já foi referido, consolidar-se o recinto e, sobretudo, erguer-se, a oeste e a sul, a plataforma intermédia (com várias estruturas) e o talude ou rampa.

O reconhecimento da existência da plataforma e do talude, só a partir de meados do 3º milénio B.C., ou seja, da construção completa do edifício numa fase adiantada do 3º milénio, altera substancialmente o que havíamos pensado até muito recentemente (Jorge, S. O., 2002 c).

Também durante este período não só existem sobreposições de datas relativamente a amostras de camadas consideradas, à partida, diferentes (com base na cor) como, em alguns sectores, foi detectada, quer no interior do recinto, quer nas vertentes oeste e sul, a presença de sedimentos adstritos à camada 4, que, no entanto, ali apresentam cronologias mais recentes do que as esperadas.

Esta sistemática falta de concordância entre camadas e cronologia absoluta remeter-nos-ia para uma reflexão séria sobre as limitações e eventuais virtualidades do paradigma estratigráfico, tal como ele tem sido utilizado pela arqueologia corrente. Este texto não pode, no entanto, deter-se nessa reflexão.

Com base nos dados arqueológicos disponíveis e nas 41 datas de C 14 publicadas, até ao momento, vamos propor um modelo relativo às grandes fases construtivas (no sentido lato) do sítio de Castelo Velho³.

• Pensamos que na fase de investigação em que nos encontramos é possível visualizar uma *primeira fase de ocupação* do topo de Castelo Velho, *por volta de 3000/2900 B.C.* (fig. 3). Esta fase poderá caracterizar-se pela edificação de estruturas habitacionais muito frágeis, quer no topo do morro, quer nas suas vertentes oeste, sul e leste (estas escavadas já em 2003), cujos vestígios foram encontrados ao nível das infra-estruturas escavadas na rocha. Tais estruturas seriam abertas à paisagem circundante e poderiam ter sido responsáveis pelo afeiçoamento sumário dos afloramentos de xisto, utilizando-os quer como suportes de bases e paredes, quer como

³ Na verdade trata-se, não tanto, de fases construtivas específicas, tal como ensaiámos em 2002 (Jorge, S. O., 2002 c) mas mais de grandes momentos espaciais, em que se visualizam maneiras sucessivas de “domesticar” o morro: através não só da construção de arquitecturas de variados tipos, mas também do progressivo afeiçoamento das pré-existências naturais.

“pedreiras”. Não nos parece, no entanto, que a implantação de tais estruturas desta primeira fase tenha “afeiçoado” o topo do morro de modo a alterar-lhe significativamente a sua morfologia natural.

Diga-se que esta primeira fase, a ter existido, encontra-se carente de limites cronológicos seguros e, sobretudo, de uma completa compreensão da área abrangida e das actividades ali praticadas.

A hipótese do torreão 1 pertencer a esta hipotética fase inicial (pré-recinto), deverá ser explorada noutro contexto argumentativo. Sendo uma estrutura aberta para o centro do morro, contraria precisamente a hipotética trave-mestra da arquitectura desta primeira fase: estruturas “voltadas para fora”, em continuidade visual com a paisagem circundante. A fig. 3 dá conta, de forma muito elementar, da extensão, observada em 2002, da área dos vestígios desta primeira ocupação, inserindo, a título de hipótese, o torreão 1. Não se encontram desenhadas as múltiplas estruturas escavadas em 2003, cuja cronologia presumimos que possa inserir-se nos inícios do 3º milénio B.C.

• Algures durante a *primeira metade do 3º milénio (2900/2800 – 2500 B.C.?)* surge, no topo do morro, um recinto sub-elíptico, delimitado por um murete basal de xisto cuja planta real, em rigor, desconhecemos. Apenas podemos imaginá-la a partir da forma que o recinto foi tomando posteriormente (fig. 4). É possível que, aquando da construção do recinto, se tenham edificado também algumas arquitecturas fundamentais, como a chamada “torre central” e outras estruturas sub-circulares, para além de várias “entradas” no próprio recinto.

A edificação do recinto, na primeira metade do 3º milénio B.C., altera significativamente o perfil do morro. Em vez do edifício se moldar ao lugar, ou de se confundir com ele, o recinto reflecte, pela primeira vez, uma mutilação assinalável da morfologia natural do morro: as pré-existências rochosas são afeiçoadas de tal forma que, à distância, se devia distinguir perfeitamente uma arquitectura artificial que se impunha à paisagem.

No exterior do recinto, é provável que estruturas habitacionais da fase anterior sobrevivessem, sem que seja ainda possível avançar grande coisa sobre a correlação deste recinto com essas estruturas identificadas em 2003, a oeste. Por outro lado, e ao contrário da fase anterior, o recinto estabelece uma circularidade espacial em torno dum ponto: o afloramento mais elevado do morro. É uma importante estrutura virada para dentro: se admitirmos a existência de paredes de 2 m de altura sobre o soco pétreo, então é fácil reconhecer que o recinto era já um espaço fechado, em torno dum centro, com um “design” muito próximo do que viria a ter ao longo de quase todo o tempo de vida. Poderá (ou não) ser nesta fase inicial que se tenha erguido o murete leste, cuja cronologia absoluta se encontra ainda por definir.

Chamemos a esta fase, relacionada com a edificação do recinto, a fase 2 A (fig. 4).

• Por meados do 3º milénio (de facto, entre c. 2500 e 2300 cal B.C.), verificamos a construção, a oeste e a sul, dum talude, constituído por um murete de contenção, estruturas de contrafortagem e carapaças de pedra e terra argilosa a revestir esta grande estrutura. Trata-se dum “anteparo” com alguma monumentalidade (em certos pontos com c. 8 metros de largura), que escorava uma plataforma intermédia, a qual circundava, a sul e a oeste, o recinto superior. De facto, por esta altura, assistimos à estabilização dum dispositivo arquitectónico que, em linhas gerais, vai sobreviver até à segunda metade do 2º milénio B.C.: recinto (com um espaço anexo, designado “avançado”), no interior do qual surgem inúmeras estruturas sub-circulares e ao qual se acede por várias passagens; plataforma intermédia, onde se abrem diversas estruturas voltadas para o recinto; talude oeste e sul (fig. 5).

A leste, ergue-se, como já se referiu, um murete, possivelmente construído durante a 1ª metade do 3º milénio (?), no qual são visíveis duas passagens, uma delas monumentalizada. No exterior do monumento, ocorrem vestígios de fundos de cabanas, muito arruinadas, cuja cronologia precisa ainda não foi definida com rigor. A sua menção, nesta 2ª fase é, de facto, algo arbitrária. As “cabanas” abrem-se para fora, tal como as estruturas da 1ª fase. Mas esse facto, por si só, não nos permite concluir que, durante a vivência do monumento, não existiram em todo o morro, até à sua base, estruturas habitacionais com uma orientação oposta à do monumento (fig. 5).

Relativamente a esta fase – chamemos-lhe 2 B – gostaríamos de salientar algumas características, que, podendo não ser específicas apenas deste momento (2ª metade do 3º milénio/inícios do 2º milénio B.C.), são estruturantes da dinâmica do monumento como um todo.

– Começemos pelas *passagens* – 8 no recinto e 2 no murete leste – as quais podiam ser monumentalizadas (quer no murete leste, quer no próprio recinto). Como é óbvio, não podemos saber se estas aberturas foram total ou parcialmente contemporâneas, em algum segmento de tempo. No entanto, a sua simples existência, a seccionar espaços de área tão restrita (como o recinto) parece dar conta da necessidade dum controle estrito do movimento em torno do recinto, entre o recinto e o murete leste, e no acesso ao interior do próprio recinto.

– O monumento, apesar de muito arruinado, revelou-nos algumas *deposições intactas*. A título de exemplo, convém mencionar: no interior do recinto, numa estrutura pétrea, uma extraordinária deposição, muito ordenada, de sementes de cereal e fragmentos de vasos cerâmicos; ainda no interior do recinto, num pequeno “cofre” de pedra, a deposição dum machado de cobre inteiro; também no interior do recinto, em espaço aberto, a ocorrência de vinte e sete pesos de tear; no exterior do recinto, na plataforma intermédia, numa estrutura de base pétrea, uma surpreendente e complexa deposição de ossos humanos associados a fragmentos cerâmicos, pesos de tear e fauna (Jorge, S. O., 2002c).

Toda estas deposições comportam algumas novidades que se reportam a uma complexa realidade social emergente.

De facto, a estrutura com ossos humanos integra prováveis “reliquias”, em que os ossos, maioritariamente desarticulados (embora tenham sido reconhecidos ossos em conexão anatómica), terão feito parte duma cadeia operatória de manipulação do corpo e do esqueleto humano. Provavelmente, os ossos humanos encontrados em Castelo Velho, representam o final dum ciclo de circulação destas materialidades entre lugares interconectados. Por outro lado, a deposição das sementes e de fragmentos de vasos (deposição de fragmentos e *não de vasos* que se tivessem eventualmente partido no interior da estrutura), dos pesos de tear e do machado de cobre remetem-nos para uma espécie de mimetização da chamada “vida doméstica”, ou então, parafraseando Bradley (neste mesmo livro), uma espécie de “ritualização da vida doméstica”, ocorrida no interior dum espaço cenográfico que encena deliberadamente muitos aspectos críticos da convivência social. Não estamos, face a estas deposições, segundo uma visão funcionalista, perante silos de cereais, vestígios de teares verticais ou perante o esconderijo dum artefacto de prestígio, mas assistimos, entre outras hipóteses possíveis, à representação ritualizada do acto de produzir, transformar, armazenar, ocultar, utilizando, para o efeito, elementos comuns (não excepcionais) da chamada “vida-de-todos-os-dias”. As materialidades, aqui, como outras que surgem em contextos abertos, ocorrem despossuídas dum qualquer sentido unívoco.

Ainda durante a fase 2 B (2ª metade do 3º milénio/inícios do 2º milénio B.C.), sobretudo nos finais do 3º milénio/inícios do 2º milénio B.C., parece verificar-se o *fecho/condenação* de algumas aberturas e de certas estruturas (fig. 6). Permanecem apenas abertas duas passagens no recinto superior (W1 e S) e as estruturas 4 e 9 são esvaziadas e fechadas simbolicamente com lajes de xisto azul.

A condenação de aberturas (quer no recinto superior, quer no murete leste), como a de estruturas (que terão sido edificadas ao longo do 3º milénio B.C.), estabelece *interditos de longa duração* que foram respeitados até ao momento de fecho total do monumento. Tais interditos configuram uma apreciável estabilidade de alguns códigos de uso do edifício, apesar da longa cronologia do mesmo.

• Por fim, entre os inícios do 2º milénio e c. 1300 B.C. (fase 2C), a grande maioria das pequenas estruturas concebidas no 3º milénio são inutilizadas, mantendo-se apenas as duas passagens no recinto superior já anteriormente mencionadas (fig. 7). Foram reconhecidos restauros no talude e descoberta a existência de novas estruturas (com materiais menos duráveis), tanto no âmbito do recinto como na área do murete leste. Todas estas transformações, não alterando a planta global do edifício, apontam para mudanças estruturais ao nível dos elementos fixos da cenografia monumental.

• Por volta de 1300/1200 B.C. (fase 3), ou seja, no final do Bronze Pleno regional, o monumento de Castelo Velho é intencionalmente fechado, através dum vasto encobrimento, realizado com pedras e terra argilosa (fig. 8). Como já anteriormente afirmámos (Jorge, S. O., 2002 c), não sabemos se a condenação final de Castelo Velho terá equivalido a um fim de ciclo – a uma ruptura social e simbólica com a ocupação e representação daquele espaço – ou, tão só, a uma reordenação de povoamento, e, logo, a uma reorganização espacial das “centralidades” do território em que o lugar se inseria.

• Castelo Velho de Freixo de Numão foi um “lugar especial” durante muito tempo. Um lugar por onde circularam pessoas, oferendas, matérias-primas, em suma, artefactos dos mais variados tipos. Poderá ter correspondido a um lugar de encontro sazonal, onde se encenava a vida social como um todo, em particular, aspectos cruciais e conflituais da chamada “vida doméstica”, que, no sentido que é aqui expresso, se refere à “vida toda”.

Um “lugar de encontro”, que promovia certamente um forte sentido de comunidade entre grupos de agricultores/pastores, cuja ausência de estruturas sociais centralizadas (que impedissem uma inevitável fragmentação) impelia à edificação de “lugares centrais” plurifuncionais como Castelo Velho. Lugares que formalizavam, de forma ostensiva, a necessidade de se mostrar panoramicamente a existência de pólos de coesão identitária numa fase precoce da “domesticação” e da percepção da terra agricultada (Jorge, S. O., 1999b; 2002c).

A nível regional, Castelo Velho encontra-se próximo de outro recinto globalmente contemporâneo, Castanheiro do Vento, com o qual deverá ter estado directamente conectado (Jorge, V. O. *et al*, 2002, 2003) (fig. 1).

Em Trás-os-Montes são conhecidos outros lugares coevos, que podem ter também funcionado como sítios congregadores: quer recintos de diversos tipos, como Crasto de Palheiros, em Murça (Sanchez, M. J., 2000/01), ou Cabeço da Mina, em Vila Flor (Jorge, S. O., 1999a), quer um lugar de armazenagem com funções sociais específicas, como o abrigo do Buraco da Pala, em Mirandela (Sanchez, M. 1997).

Creemos que estes, e outros lugares contemporâneos, terão funcionado no interior de redes de sítios, não no sentido processual de “redes de povoamento”, mas no sentido pós-processual de “redes de lugares simbolicamente correlacionados”; redes que impunham, inevitavelmente, circuitos sazonais entre esses lugares, envolvendo uma recorrente movimentação de pessoas e artefactos em territórios que partilhavam a construção de identidade.

Parece-nos que os recintos murados, quer seja o de Castelo Velho, o de Zambujal, ou o de Los Millares, salvaguardando-se diferenças de escala e contextos sociais particulares que os viram surgir e evoluir no tempo, corporizam no 3º milénio B.C., em regiões diversas, *os primeiros grandes lugares comunitários dominantes na paisagem.*

Ou seja, os primeiros “lugares cimeiros” que fracturam e reconfiguram o espaço a uma escala nunca antes imaginada.

Estes lugares comunitários distinguem-se cultural e formalmente dos chamados recintos com fossos: quer em extensão (estes últimos são, em regra, muito maiores), quer no tipo de projecto arquitectónico, quer, sobretudo, no “programa paisagístico”, o qual define continuidades e/ou rupturas com o espaço envolvente. Deste ponto de vista, a posição dominante dos recintos murados em morros que, pelo simples facto de os receberem, sofreram reconfigurações de sentido, confere a estes lugares uma posição singular no universo dos recintos monumentais, no que respeita à construção e percepção da paisagem do 3º/2º milénio B.C. na Península Ibérica.

Contudo, parece-nos ousado ou até mesmo impróprio chamar a estes lugares, construídos por sociedades pré-estatais, “centros cerimoniais”: não cremos que seja fácil visualizar, em fases tão antigas da hierarquização social, “lugares ritualmente especializados”. Entrar na lógica cognitiva dos grupos que os construíram e utilizaram pode, no entanto, revelar-se um repto inatingível se nos confinarmos a processos analógicos de índole estritamente arqueológica.

É preciso sair do “nosso” campo disciplinar, pesquisar e dialogar com outras vozes, mesmo que nos pareçam, à partida, herméticas ou mesmo inatingíveis, para, um dia, voltar ao “nosso” campo e, de fora para dentro, torná-lo mais nítido: que é sempre uma forma de o tornar mais relevante, ou seja, susceptível de formular questões novas e interessantes, partilháveis (compreensíveis) por um número cada vez maior de interlocutores.

3.2. Da cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: breves reflexões

“O desejo contemporâneo de uma imortalidade através do código, da conservação dos homens como a das coisas, supõe uma posição radicalmente heterológica, uma perda total da ordem simbólica.”

Marc Guillaume, 2003. *A Política do Património*, p. 37

Castelo Velho de Freixo de Numão é um caso raro em Portugal no panorama da valorização patrimonial estatal, nomeadamente dum sítio pré-histórico com uma área global considerável. Tal projecto de valorização decorreu duma iniciativa do IPPAR, no quadro do Programa Operacional de Cultura, que estipulou uma primeira etapa de intervenção entre 2001 e 2003, durante a qual o sítio seria objecto de investigação e, pontualmente, de trabalhos de conservação e restauro⁴. A partir de 2003, e uma vez terminada

⁴ O sítio de Castelo Velho foi alvo de intervenções arqueológicas entre 1989 e 2003. Para além do apoio específico do IPPAR, a partir de 2001, a investigação da estação arqueológica deveu-se também a financiamentos do antigo IPPC (centro), da ex-JNICT, do IPA e da ACDR de Freixo de Numão.

a intervenção arqueológica, avançar-se-ia com um projecto específico de valorização patrimonial que, para além de incluir a preparação da estação para “fruição pública”, tinha por objectivo construir, em terrenos contíguos, um pequeno centro interpretativo⁵.

Foi assim possível escavar até hoje, entre 2001 e 2002, durante cinco meses (três em 2001 e dois em 2002), estando prevista a última campanha de escavações (cinco semanas) para Julho de 2003. A intervenção de campo contou até agora com uma equipa diária e permanente de c. 30 técnicos e com uma infra-estrutura profissional destinada ao registo e tratamento da informação arqueológica (Jorge, S. O., 2002 c, d).

- O actual programa de conservação e restauro do monumento⁶ assenta num princípio básico: trata-se duma *intervenção minimalista*, que pretende expor apenas a ruína pétreia, praticamente ao nível do que a escavação arqueológica exumou (fase 2 B, fig. 5). Somente no caso do talude oeste e sul que, por razões de metodologia de investigação, foi necessário desmontar em 2002, para compreender a sua ossatura interna, aquela grande estrutura será inteiramente reposta, respeitando integralmente a volumetria e os materiais exumados pelos trabalhos arqueológicos.

A arquitectura completa do monumento (recinto constituído por um soco de xisto sobre o qual se ergueria uma parede de argila e ramos; estruturas com alçados completos simulados, a partir de dados arqueológicos e fontes etnográficas, etc.) será fornecida não só no centro interpretativo localizado junto ao sítio, como, sobretudo, no núcleo museológico, em preparação, na vila de Freixo de Numão⁷.

- Ao optar-se por uma reposição minimalista, ponderou-se a responsabilidade de se mostrar ao público (no local onde há cinco mil anos funcionou um grande edifício comunitário) apenas as suas fundações pétreas: ou seja, assumiu-se restaurar algo que, no passado, afinal, nunca existiu de forma visível (figs. 8, 9 e 10).

Esta opção tem como consequência imediata oferecer ao público a visão truncada dum “edifício aberto”, em continuidade física com a paisagem envolvente, decidindo-se não repor as barreiras plásticas (paredes de materiais percíveis) que cercavam e ocultavam nomeadamente o interior do recinto superior. Esta opção privilegia o lugar arqueológico enquanto “ponto de vista sobre a paisagem”, suscitando, assim, uma problemática interessante sobre as formas de levar o público a compreender a natureza duma arqui-

⁵ O projecto do centro interpretativo e, duma maneira geral, a preparação da área envolvente da estação para visita pública, encontra-se a cargo dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes.

⁶ O referido projecto foi elaborado pelo técnico de restauro Joaquim Garcia, de acordo com as linhas mestras suscitadas pela investigação arqueológica, e os procedimentos normalizados neste tipo de intervenções.

⁷ Encontra-se em preparação, na vila de Freixo de Numão, um núcleo museológico especialmente dedicado à Pré-história da região, cujo projecto arquitectónico também é da autoria dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes.

tectura pré-histórica cujas super-estruturas não se encontram soerguidas no local.

De facto, o recinto superior, como aliás o murete leste e muitas outras estruturas e espaços do monumento deveriam ser rodeados de paredes revestidas de terra argilosa e ramos, cujos parcos vestígios ainda hoje encontramos por vezes no solo, contíguos à base do soco xistoso. A pequena quantidade de terra argilosa encontrada, decorrente do desmoronamento das paredes, deve-se, sem dúvida, ao intenso processo erosivo: dizem-nos os especialistas⁸ que, a não ser queimada pelo fogo, qualquer terra argilosa do local, deveria com frequência escorrer pelas vertentes, dando azo ou à infiltração de terras húmidas ou à necessidade de continuadas reposições e restauros. Desta forma, a existência no passado de paredes de argila, parece-nos mais do que provável. Por um lado, junto às fundações de xisto do recinto, ou do murete leste, nunca foram encontrados derrubes de hipotéticas paredes pétreas: ou seja, não existem provas arqueológicas de eventuais paredes altas, em xisto, cujos derrubes, a terem existido, deveriam necessariamente permanecer no local e ser identificados pela escavação arqueológica. Por outro lado, um qualquer recinto (cuja base fosse constituída por pedras de xisto, com 50 a 80 cm de altura), para funcionar como um autêntico “espaço fechado” (no interior do qual existiam outras pequenas estruturas e áreas de circulação e deposição de artefactos, o que requeria certamente dispositivos de resguardo visual), tinha de criar uma super-estrutura delimitante, soerguida sobre a base pétrea, por forma a ocultar ou condicionar a visão que se quisesse ter para o interior ou exterior desse mesmo espaço. Não vemos que tal super-estrutura pudesse ser outra coisa que não uma parede de argila, ou argila e ramos, cuja plasticidade, além do mais, permitia constantes alterações ao “design” de conjunto, nomeadamente ao nível da abertura ou fechamento de “janelas” para o exterior/interior do recinto.

Contudo, apesar de toda esta argumentação, o facto de não se ter encontrado, de facto, vestígios, em grande quantidade, de paredes feitas com materiais percíveis, e ainda, porque o preconceito das “paredes pétreas” impera neste tipo de arquitecturas pré-históricas, fomos levados a optar por uma solução aparentemente consensual – restauro exclusivo do que foi exumado pela escavação – restringindo a liberdade de se ousar repor, *in situ*, o que certamente existiu no passado.

• Esta opção minimalista forja assim, hoje, uma outra *cenografia, a patrimonial*, em que o que resta do monumento corre o risco de ser submerso – visual e sensitivamente – pela *força da paisagem* que se tem do alto do lugar de Castelo Velho, sobretudo para leste/sudeste: desse lado, emerge, a meio do ângulo de visão, o incontornável

⁸ Diogo Angelucci, do CIPA (centro de investigação do Instituto Português de Arqueologia), visitou as escavações arqueológicas, em 2002, e teve oportunidade de observar as condições sedimentológicas da estação e dialogar, sobre esta temática, com toda a equipa presente em campo.

Monte de S. Gabriel, a falha do Côa e as terras agricultadas do “plateau” de Vila Nova de Foz Côa.

Castelo Velho de Freixo de Numão encontra-se assim, em vias de se tornar num *miradouro*: de facto, num dos miradouros mais apetecíveis da região, quando, além da magnífica paisagem que sempre teve, possuir ainda um “centro interpretativo” (afinal, um edifício moderno, que pretende dialogar com a paisagem) e, também, no remate de esporão, o simulacro dumas “ruínas conservadas” – supremo toque de civilização – ou, tão só, ruínas marginais, na sua mais completa opacidade imediata.

Castelo Velho, diluído assim na paisagem, pode correr o risco de ser tomado como símbolo de um bom ponto de vista sobre o Côa, algures concebido no passado (num passado algo inviesado, é certo), para esse mesmo efeito.

• Não é difícil perceber a intrínseca dificuldade em transmitir ao público – mesmo a um público medianamente cultivado ou disponível para aprender – uma ideia clara e concisa sobre a natureza deste tipo de lugares do passado.

Em primeiro lugar, porque está ainda a decorrer o processo interpretativo sobre a evolução das espacialidades, as suas funções imediatas e outras mais evanescentes: pede-se que se musealize, a curto prazo, um sítio (que se fixe um discurso) quando sobre ele pesa ainda a lentidão do questionamento científico. A articulação da dinâmica da investigação – cuja matriz interrogativa se sobrepõe a qualquer outra – com a urgência da “apresentação pública” – aparentemente condenada a encenar narrativas simples, unívocas e imutáveis – não é fácil de gerir.

Em segundo lugar, porque estamos face a uma humanidade pré-romana, em muitos aspectos diferente da nossa, e, por isso mesmo, quase sempre impensável.

Explicar, por exemplo, ao público, que Castelo Velho poderá ter sido um “lugar de encontro” de populações do passado, pode favorecer uma imagem caricatural desse mesmo passado. Se as pessoas não forem levadas a interiorizar a diferença radical que habita as populações pré-históricas, não serão sensíveis à multiplicidade de sentidos ambivalentes que emana de sítios como Castelo Velho. Sítios concebidos e eruidos num tempo longínquo, num tempo quase inqualificável, num tempo praticamente indecidível. O indecidível é patrimonializável?

“La vue des ruines nous fait fugitivement pressentir l’existence d’un temps qui n’est pas celui dont parlent les manuels d’histoire ou que les restaurations cherchent à ressusciter. C’est un temps pur, non datable, absent de notre monde d’images, de simulacres et de reconstitutions, de notre monde violent dont les décombres n’ont plus le temps de devenir des ruines. Un temps perdu qu’il arrive à l’art de retrouver.”

Marc Augé. 2003, *Le temps en Ruines*, p. 9

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. & CUNHA, A. S. (1998). Restos humanos do Calcolítico – Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa – nota preliminar, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº 0, pp. 35-42.
- AUGÉ, M. (2003 a). *Le Temps en Ruines*, Paris, Ed. Galilée.
- AUGÉ, M. (2003 b). *Pour quoi vivons-nous?*, Paris, Ed. Fayard.
- BERNABEU AUBAN, J. *et al.* (2003). Mas d'Is (Penàguila, Alicante): aldeas y recintos monumentales del neolítico inicial en el valle del Serpis, *T.P.*, 60, nº 2, pp. 39-59.
- BRADLEY, R. (1998). *The Significance of Monuments*, London, Routledge.
- BURGESS, C. *et al* (eds) (1988). *Enclosures and Defences in the Neolithic of Western Europe*, Oxford: B.A.R. Internacional series 403 (i).
- CHAPMAN, R. (2003). *Archaeologies of Complexity*, London, Routledge.
- DARVILL, T. & THOMAS, J. (eds.) (2001). *Neolithic Enclosures in Atlantic Northwest Europe*, Oxford: Oxford Books.
- DÍAZ-DEL-RIO, P. (2003). Recintos de fosos del IIIº milénio A.C. en la meseta peninsular, *T.P.*, 60, nº 2, pp. 61-78.
- FIGUEIRAL, I. (1999). Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal). The charcoaled plant remains and their significance, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 259-267.
- GUILLAUME, M. (1980). *La Politique du Patrimoine*, Paris, Ed. Galilée.
- GUILLAUME, M. (2003). *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.
- GUILAINE, J. & ZAMMIT, J. (2002). *El Camino de la Guerra. La Violencia en la Prehistoria*, Barcelona, Ed. Ariel.
- HERNANDO GONZALO, A. (2002). *Arqueología de la Identidad*, Madrid, Ed. Akal Arqueología.
- HODDER, I. (ed.) (2001). *Archaeological Theory Today*, Cambridge, Polity.
- JORGE, S. O. (1994). Colónias, fortificações, lugares monumentalizados, Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. XI, pp. 447-546.
- JORGE, S. O. (1998). Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 279-293.
- JORGE, S. O. (1999 a). Cabeço da Mina (Vila Flor, Portugal): a late prehistoric sanctuary with “stelai” of the Iberian Peninsula, *Gods and Heroes of the Bronze Age, Europe at the Time of Ulysses*, London, Thames and Hudson, pp. 137-141.
- JORGE, S. O. (1999 b). *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva.
- JORGE, S. O. (2001). Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal), et la problématique des “habitats fortifiés” de la Péninsule Ibérique, *Communautés Villageoises du Proche-Orient à l’Atlantique* (dir. Jean Guilaine), Paris, Ed. Errance, pp. 241-252.
- JORGE, S. O. (2002 a). From “fortified settlement” to “monument”: accounting for Castelo Velho de Freixo de Numão (Portugal), *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 75-82.
- JORGE, S. O. (2002 b). A musealização e valorização de sítios arqueológicos: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão. *Actas do Simpósio “Conservação e Intervenção em sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*, Porto/Paredes de Coura, Univ. Portucalense Infante D. Henrique/IC. M. de Paredes de Coura, pp. 125-133.
- JORGE, S. O. (2002 c). Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património. Estudos*, nº 3, pp. 145-164.

- JORGE, S. O. (2002 d). Notas sobre a relação entre a estratégia arqueológica e a interpretação de um recinto monumental pré-histórico, *Arkeos*, vol. XIII, pp. 267-276.
- JORGE, S. O. (2003 a). A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-história do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos 25 anos, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. III, Porto, Livraria Civilização, pp. 1453-1482.
- JORGE, S. O. (2003 b). Revisiting some earlier papers on the late prehistoric walled enclosures of the Iberian Peninsula, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 5, pp. 89-135.
- JORGE, S. O. *et al* (1998/99). Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa), *Portugalia*, Nova Série. vol. XIX-XX, pp. 29-70.
- JORGE, S. O. & JORGE, V. O. (2000). A monumentalização das paisagens durante a Pré-História: alguns contributos para um debate, *Era-Arqueologia*, vol. 1, pp. 100-111.
- JORGE, S. O. & RUBINOS, A. (2002). Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (northern Portugal): data and problems, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 83-105.
- JORGE, S. O. *et al* (no prelo). Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/I. do Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins, *Actas do Colóquio Internacional "Sinais de Pedra"*, Évora, Jan. de 2003 (ed. M. Calado).
- JORGE, V. O. (2003). *A Irrequietude das Pedras. Reflexões e experiências de um arqueólogo*, Porto, Ed. Afrontamento.
- JORGE, V. O. *et al* (2002). Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/Bronze Age sites in northern Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (ed. Chris Scarre), London, Routledge, pp. 36-50.
- JORGE, V. O. *et al* (2003). Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002), *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 5, pp. 137-162.
- KUNST, M. (2001). Die Kupferzeit der Iberischen Halbinsel, *Hispania Antiqua*, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, pp. 67-99.
- LAGO, M. *et al* (1998). Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997, *Rev. Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, nº 1, pp. 45-152.
- OSWALD, A. *et al* (eds.) (2001). *The Creation of Monuments. Neolithic Causewayed Enclosures in the British Isles*, English Heritage.
- PAUL-LÉVY, F. & SEGAUD, M. (1983). *Anthropologie de l'Espace*, Paris, Centre Georges Pompidou/ Centre de Création Industrielle.
- RAPOPORT, A. (1990 a). *The Meaning of the Built Environment. A nonverbal communication approach*, The Univ. of Arizona Press.
- RAPOPORT, A. (1990 b). Systems of activities and systems of settings. *Domestic Architecture and the Use of Space* (ed. S. Kent), Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology", pp. 9-20.
- RAPOPORT, A. (1994). Spatial organization and the built environment, *Companion Encyclopedia of Anthropology* (ed. T. Ingold), London, Routledge, pp. 460-502.
- SANCHES, M. J. (1997). *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. SPAE. "Textos" 1.
- SANCHES, M. J. (2000-2001). O Crasto de Palheiros (Murça). Do Calcolítico à Idade do Ferro, *Portugalia*, Nova Série, vol. XXI – XXII, pp. 5-39.

- THOMAS, J. (1999). *Understanding the Neolithic*, London, Routledge.
- THOMAS, J. (ed.) (2000). *Interpretative Archaeology. A Reader*, Leicester University Press.
- VALERA, A. C. (1999). The re-creation of territorialities and identities in the III millennium B. C.: research problems in Central Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 109-115.
- WHITTLE, A. (1996). *Europe in the Neolithic. The Creation of New Worlds*, Cambridge Univ. Press.
- ZAFRA DE LA TORRE, N. *et al* (2003). Sucesión y simultaneidad en un grand asentamiento: la cronología de la macro-aldea de Marroquies Bajos, Jaén. c. 2500 – 2000 cal ANE, *T.P.*, 60, nº 2, pp. 79-90.

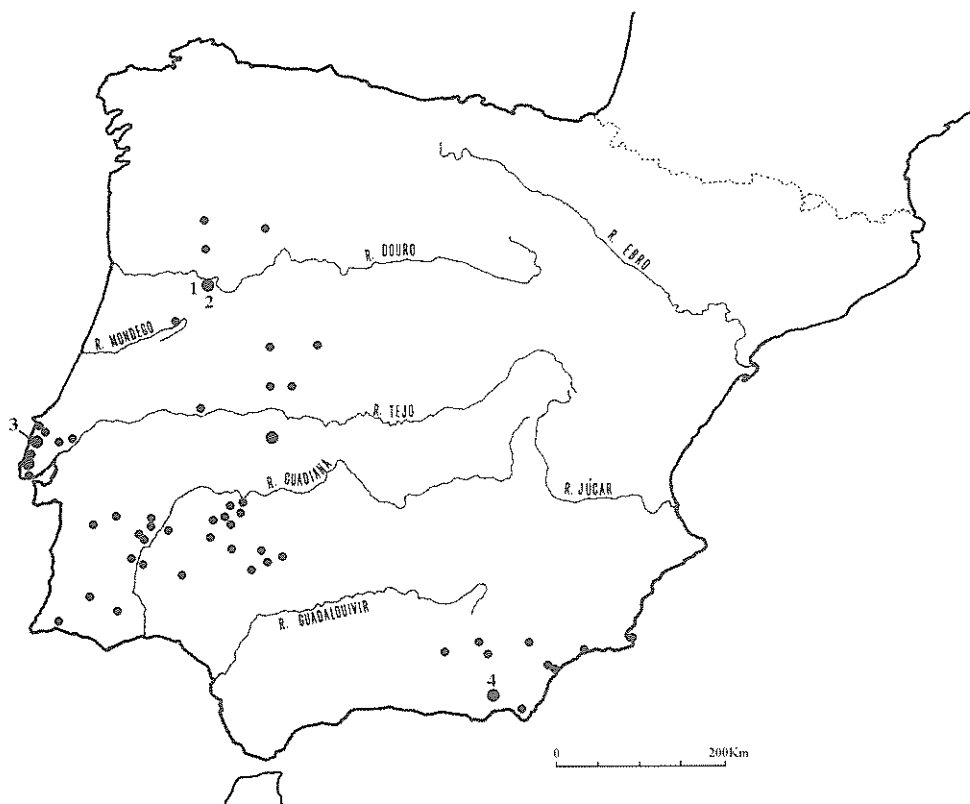


Fig. 1 – Localização, na Península Ibérica, dos recintos murados estudados em 1994 (Jorge, S. O., 1994): os círculos maiores referem-se a grupos de sítios e os mais pequenos a estações individuais. Alguns dos recintos mencionados no texto: 1. Castelo Velho de Freixo de Numão; 2. Castanheiro do Vento; 3. Zambujal; 4. Los Millares.



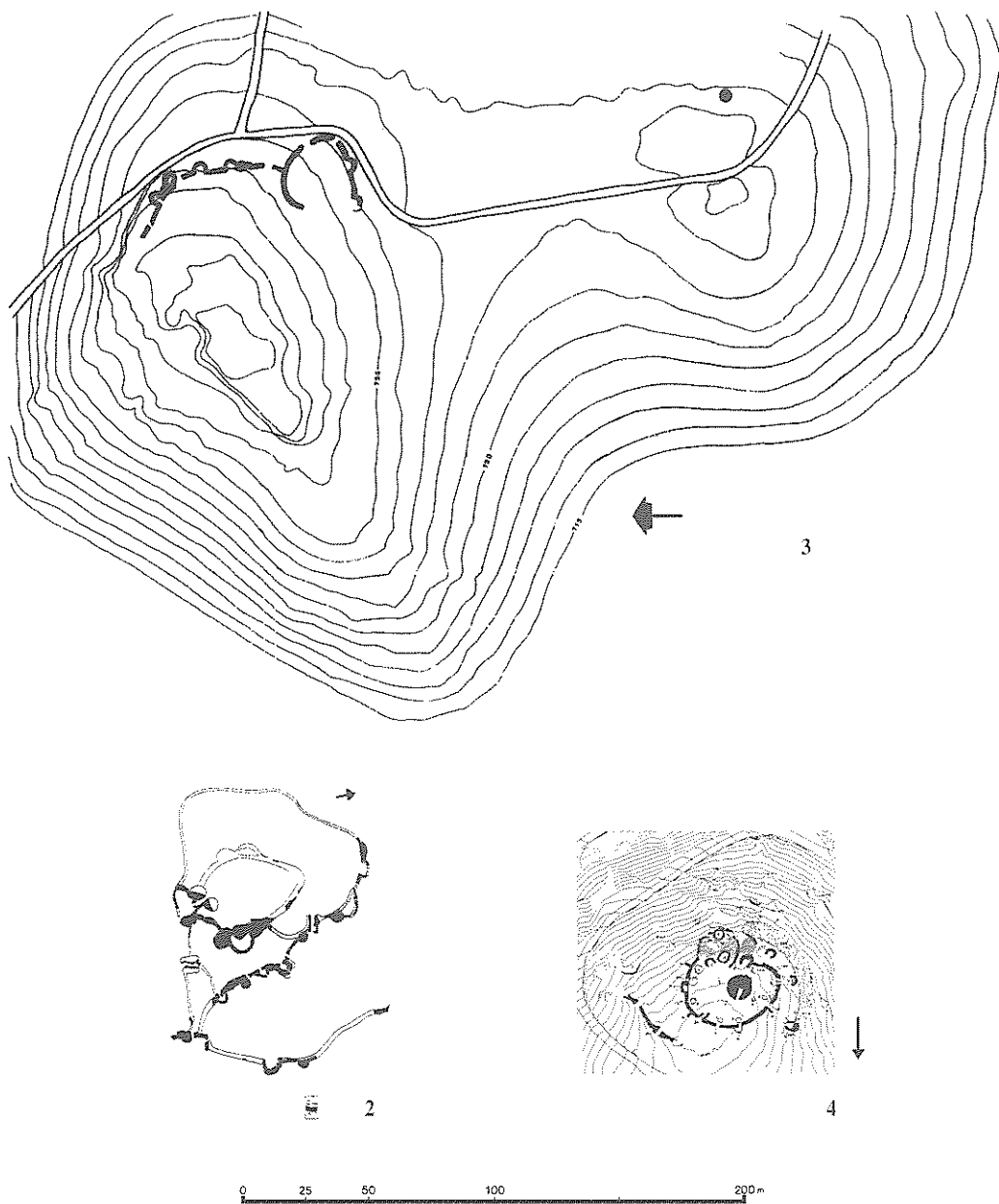


Fig. 2 (pág. 40 e pág. 41) – Comparação, em área, e em global tipologia arquitectónica, dos sítios de Los Millares 3 (1), Zambujal 2C (2), Castanheiro do Vento (3) e Castelo Velho 2B (4). A orientação dos sítios tem a ver com critérios de localização topográfica.

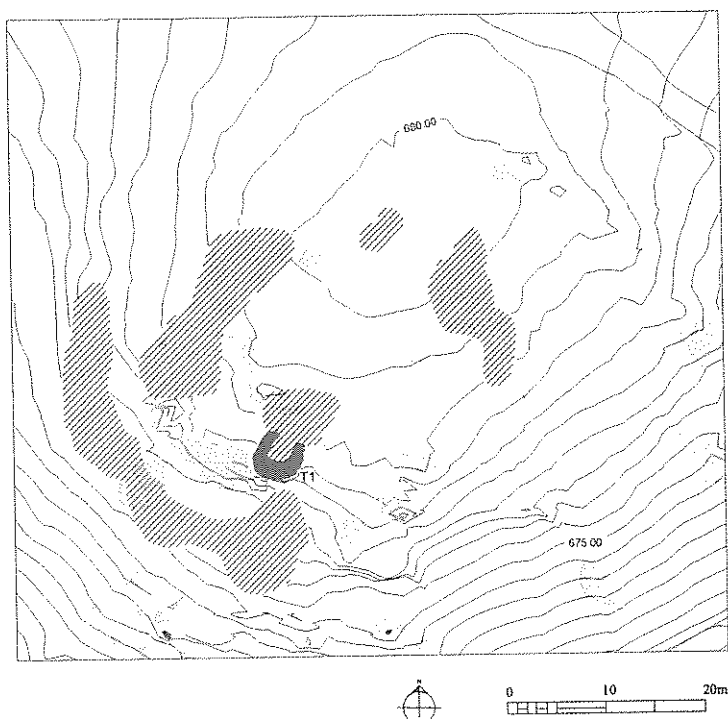


Fig. 3 – Castelo Velho de Freixo de Numão: *primeira fase construtiva*. O tracejado corresponde à mancha de ocupação inicial no topo do morro. De momento, incluímos, nesta fase, o torreão I (T1). A extensão e as características desta hipotética fase pré-recinto estão em fase prospectiva (v. Jorge, S. O., 2002c) (desenho final de V. Fonseca, após escavações de 2002).

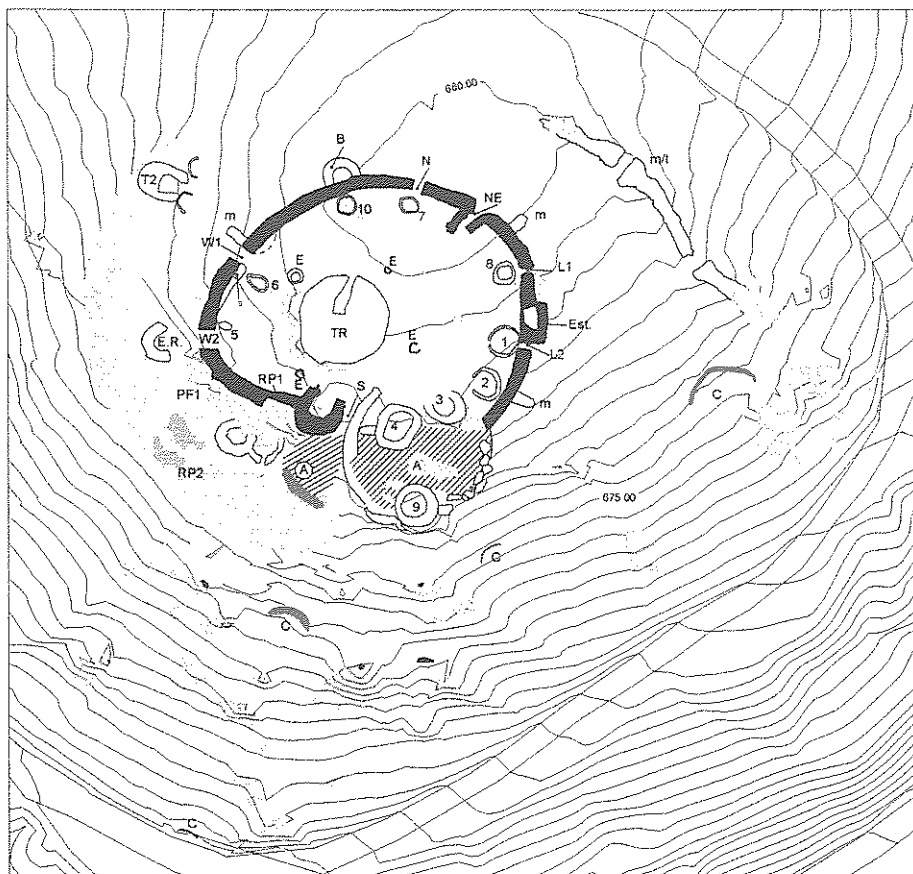


Fig. 4 – Castelo Velho de Freixo de Numão: *segunda fase construtiva (2 A)*, durante a qual se constrói um recinto (a negro) no topo do morro (v. Jorge, S. O., 2002c) (desenho final de V. Fonseca, com base em dados fornecidos pelos trabalhos arqueológicos e topográficos de 2002 e 2003).

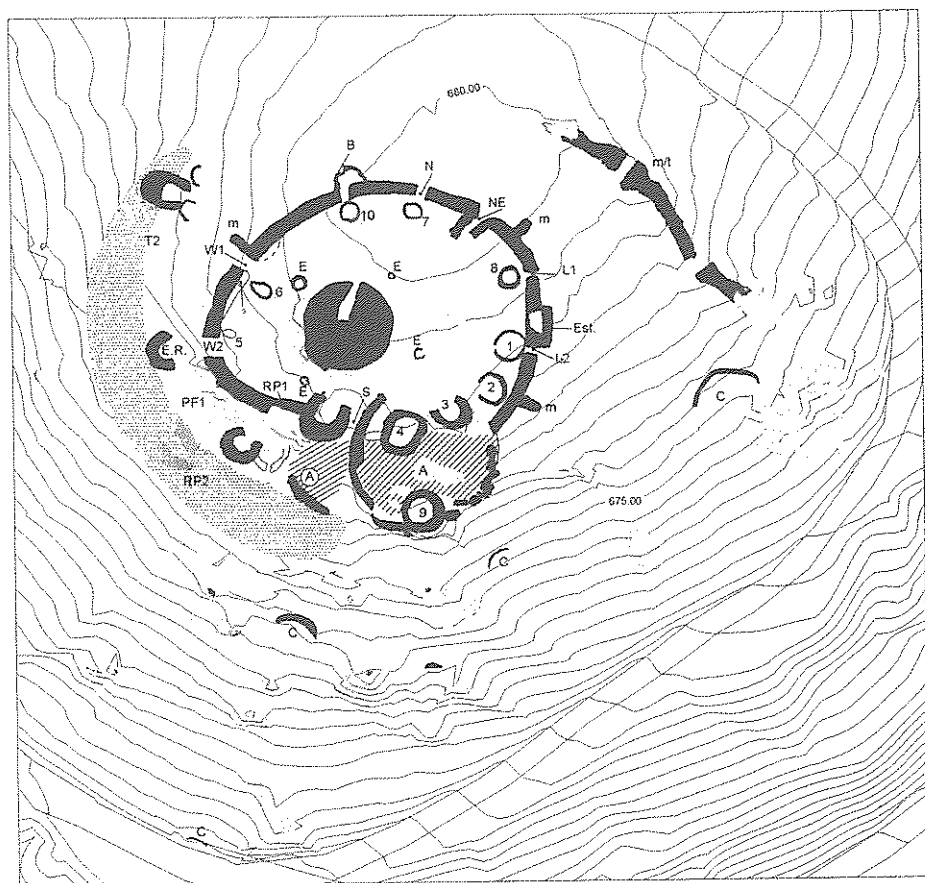


Fig. 5 – Castelo Velho de Freixo de Numão: *segunda fase construtiva (2 B)*, durante a qual se constrói o monumento, na sua totalidade, constituído por *recinto, plataforma intermédia, talude e murete leste* (v. Jorge, S. O., 2002 c) (desenho final de V. Fonseca, com base em trabalhos arqueológicos e topográficos de 2002 e 2003).

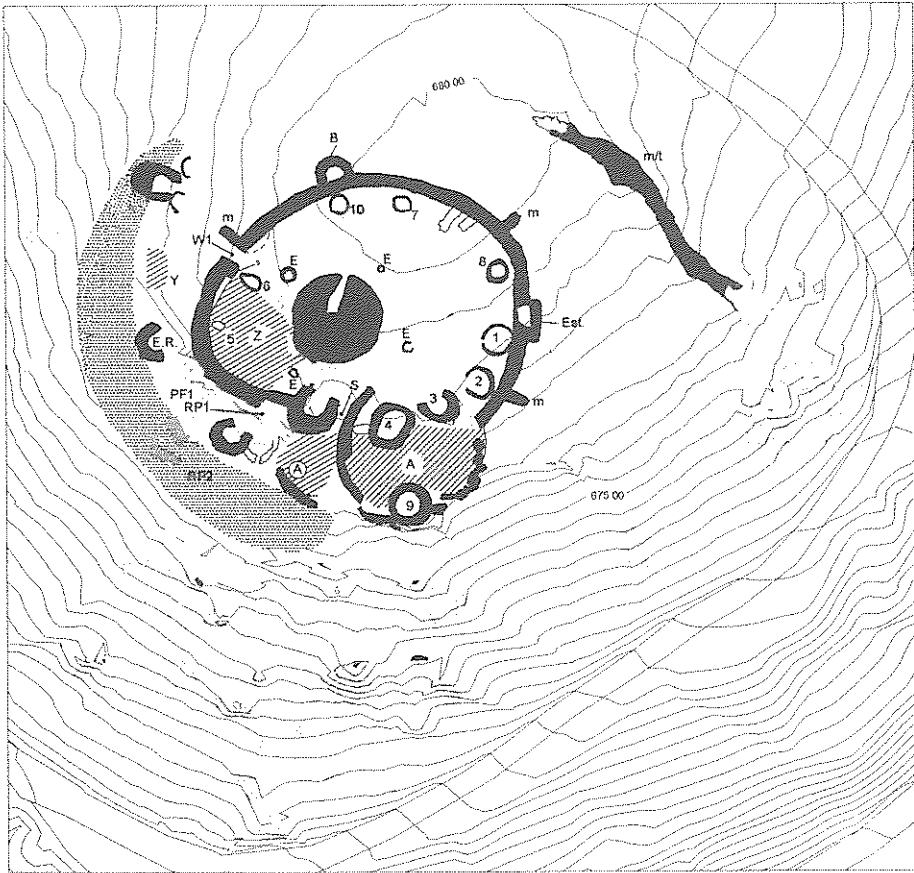


Fig. 6 – Castelo Velho de Freixo de Numão: *segunda fase construtiva (2 B)*, quando está fechada a maioria das passagens no recinto e as duas existentes no murete leste (v. Jorge, S. O., 2002 c) (desenho de V. Fonseca, com base em trabalhos arqueológicos e topográficos de 2002 e 2003).

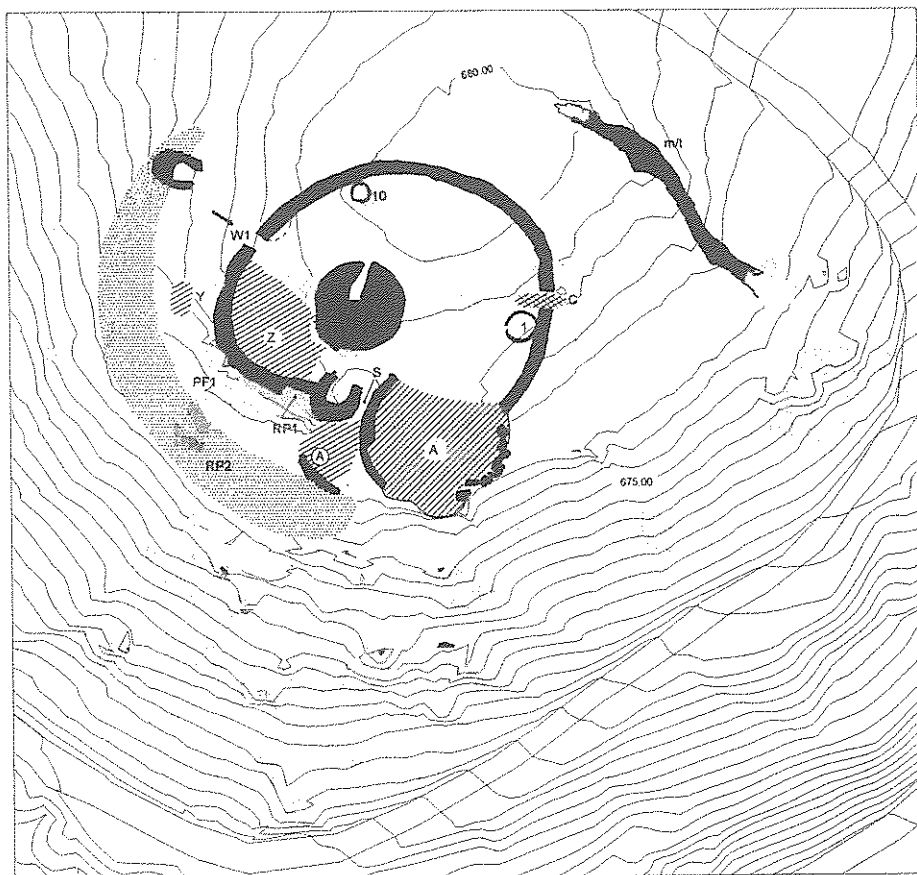


Fig. 7 – Castelo Velho de Freixo de Numão: *segunda fase construtiva (2 C)*, quando muitas das estruturas de menor dimensão da fase anterior são condenadas (v. Jorge S. O., 2002 c) (desenho final de V. Fonseca, com base em trabalhos arqueológicos e topográficos de 2002 e 2003).

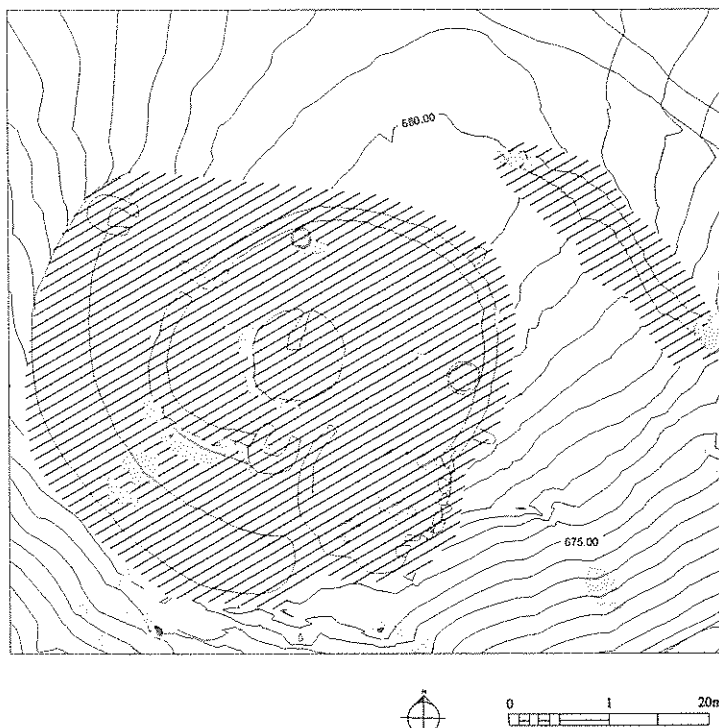


Fig. 8 – Castelo Velho de Freixo de Numão: *terceira fase construtiva*, durante a qual o sítio foi coberto de pedras e terra argilosa, ou seja, globalmente condensado (v. Jorge, S. O., 2002 c) (desenho final de V. Fonseca, com base em trabalhos arqueológicos e topográficos de 2002 e 2003).



Fig. 9 – Castelo Velho de Freixo de Numão: fotografia aérea do monumento, no remate de esporão, após escavações arqueológicas de 2002 (foto de V. O. Jorge).



Fig. 10 – Pormenor do topo do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão, após escavações arqueológicas de 2002 (foto de V. O. Jorge).

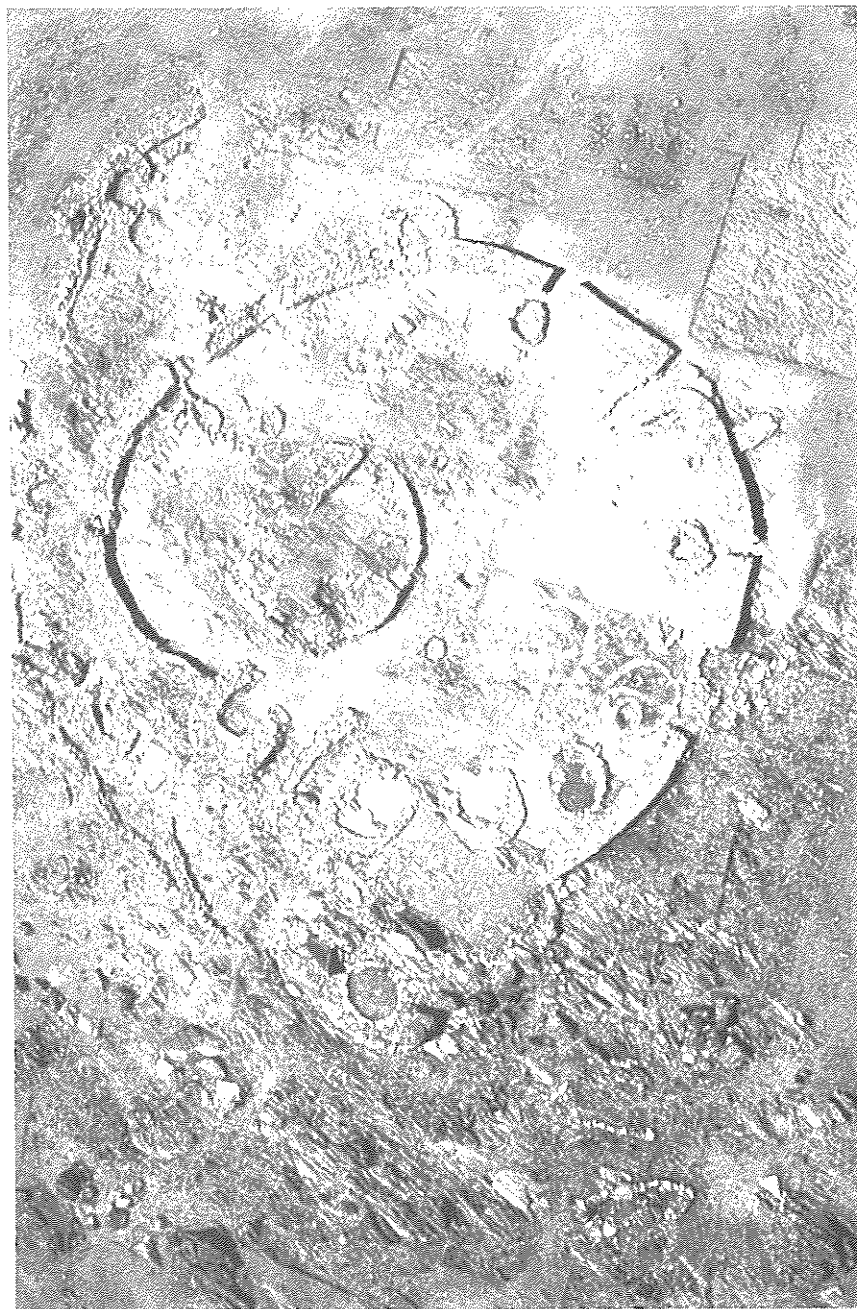


Fig. 11 – Castelo Velho de Freixo de Numão: foto aérea do topo do monumento, após escavações arqueológicas de 2003 (foto de D. Pavone).